

Os Entraves do Licenciamento Ambiental Para a Atividade Mineral no Estado do Amazonas

Elias Vicente da Cruz Santos Júnior^{1,2} ; Fabio Fernandes¹

¹ AMAZONGEO Geologia e Meio Ambiente; ² Centro Universitário do Norte

RESUMO: A exemplo de outras regiões do território brasileiro, o principal entrave para o desenvolvimento da mineração na Amazônia refere-se à obtenção do licenciamento ambiental. Neste artigo faremos uma breve análise dos principais problemas enfrentados no estado do Amazonas por quem busca regularizar a atividade de prospecção, exploração, beneficiamento e transporte de bens minerais. Reuniões com grupos de consultores ambientais e empreendedores, além de representantes de órgãos como o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Secretaria de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos - SEMGRH, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM e Secretarias Municipais de Meio Ambiente, levam-nos a concluir que os principais problemas relacionados ao licenciamento ambiental para mineração no estado se referem a: reduzido efetivo técnico (geólogos e engenheiros de mina), a exemplo, da gerência de mineração no órgão estadual, que atualmente possui apenas 1 geólogo, e inexistência de profissionais na grande maioria dos municípios; dimensões territoriais continentais do Estado; trâmite burocrático e excessivo, tornando o processo demorado e com resultados imprevisíveis; inexperiência das equipes técnicas avaliadoras, compostas na maioria das vezes por profissionais desvinculados da área de mineração o que torna a definição de *“impactos ambientais significativos”* uma incógnita; ausência de cronogramas de vistoria e monitoramento, direcionado pela solicitação de renovação e/ou arquivamento; insegurança operacional motivada pelo exíguo prazo de validade das licenças de operação (1 a 2 anos no máximo); diálogo reprimido entre os envolvidos no licenciamento (empreendedor+consultor+analista); e o caráter extremamente preservacionista das equipes responsáveis pelo licenciamento da mineração. Somado a esses problemas tem-se ainda o conflito de competências para realizar o licenciamento, o grande número de unidades de conservação e o código florestal draconiano, que obriga ao empreendedor a preservar 80% da área das propriedades na Amazônia, destacando que se excetua deste cálculo as APP's. No que tange o licenciamento para a mineração social (areia, seixo, argila, brita), esses entraves acabam gerando o aumento da clandestinidade, tendo em vista que para os pequenos empreendimentos é praticamente impossível se adequar às imposições dos órgãos licenciadores, destacando-se que esses empreendimentos tem geralmente áreas inferiores a 5 hectares e operam geralmente nas proximidades de Manaus. A guisa de contribuição apresentamos as seguintes sugestões para melhoria do processo de licenciamento da mineração: aproximação dos órgãos ambientais e mineral com os atores envolvidos no processo de licenciamento, por meio de reuniões, workshops e palestras; reestruturação do setor de mineração do Estado, com ampliação do quadro técnico e investimento em capacitação, além de, transparência e padronização mínima na análise processual.

PALAVRAS CHAVE: LICENCIAMENTO, ENTRAVES DA MINERAÇÃO.